

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e nove, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **171ª** (Centésima Septuagésima Primeira) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **novembro/2009**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MARCUS VINICIUS SOCIO MAGALHÃES**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, os Senhores **JOÃO BOSCO BAHIA DOS SANTOS** e **PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE**, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e, como convidados, a senhora Maria Inês Lasmar Alvarenga chefe da Auditoria Interna e corpo gerencial, o senhor Fernando José Sales, o senhor Marcelo Henrique Coelho, e o senhor Gilberto Luzzi Diniz. Aberta a reunião, o Presidente deu início à análise dos itens da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata anterior.** Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 170ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 30/10/2009 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. **2. Demonstrações Contábeis: Outubro/2009 (Comunicação Interna Sucon nº 1238/2009); e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro/2009 (Comunicação Interna Difin nº 286/2009).** a) **Demonstrações Contábeis:** O Conselho acusa o recebimento das Demonstrações Contábeis do mês de Outubro/2009, entretanto registra que somente irá analisar a documentação e opinar, quando da manifestação da Auditoria Interna – Audin, mediante a apresentação da Nota Técnica correspondente. b) **Relatório de Desempenho Econômico Financeiro – Outubro/2009:** a) Relatório de Desempenho Econômico Financeiro – Outubro/2009: Para uma melhor análise do Relatório este Colegiado dividiu os resultados em 04 (quatro) itens distintos: Resultado Econômico de Operações Governamentais, Equalização de Preços, Resultado Econômico de Convênios/Cooperação Técnica e Resultado Econômico de Atividades Próprias. b) Quanto ao Resultado de Operações Governamentais: No mês em análise a Receita Bruta de Vendas, acumulada nos meses de janeiro a outubro de 2009, passou de R\$ 690.599.622,50 para R\$ 144.173.370,57, ou seja, -79,12%, em relação ao mesmo período em 2008. Esta redução foi consequência da segregação das Atividades de Convênios/Cooperação Técnica destas Operações Governamentais, que aconteceu a partir de junho de 2009. Essa segregação deu-se em razão da necessidade de melhor acompanhar o resultado das atividades governamentais, cumprindo determinação do Senhor Ministro da Fazenda (Representante do Acionista que é a União federal) de que a Atividade Governo pelas suas características não apresente lucro. No mesmo período o Custo Líquido das Mercadorias Vendidas (custo – equalização) sofreu uma redução de -78,90%. c) Quanto a Equalização: No mês de outubro/2009 verificou-se um acréscimo de 245,34%, passando de R\$ 42.724.837,63 no período de janeiro a outubro/2008 para R\$ 147.547.225,70, no mesmo período de 2009. Este acréscimo ocorreu em razão da doação às Repúblicas de Cuba, do Haiti, de Honduras e Jamaica. d) Quanto aos Convênios/Cooperação Técnica: O resultado acumulado desta Atividade até o mês de outubro de 2009 foi de R\$ 1.201.124,08. Não foi possível fazer uma análise deste valor em comparação com o mesmo período em 2008, devido à segregação desta Atividade, a partir de junho/2009, das Atividades Governamentais. e) Quanto as Atividades Próprias: Na análise das Atividades Próprias, constatamos um acréscimo de 21,29% na Receita Bruta de Vendas e Serviços, que passou de R\$

29.642.977,72 no período de janeiro a outubro de 2008, para R\$ 35.953.648,13, no mesmo período de 2009. O acréscimo na Receita Líquida de Vendas e Serviços foi de 22,87%, passando de R\$ 25.599.791,75 para R\$ 31.455.209,99, praticamente na mesma proporção. No relatório em questão, verifica-se a segregação das Atividades de Convênios/Cooperação Técnica das Atividades Governamentais. Analisando a DRE – Demonstração do Resultado do Exercício do mês de outubro/2009 em conjunto com o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, verificam-se evidências de implementações nos registros contábeis, de modo que as operações governamentais não afetem o resultado da Companhia. O Confis deliberou por encaminhar cópia do Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro e das Demonstrações Contábeis do mês de outubro/2009 à Audin – Auditoria Interna, para análise, identificação e avaliação das alterações contábeis implementadas e posterior posicionamento a este Conselho.

3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira: Outubro/2009 (Comunicação Interna Sufin nº 2177/2009). O Conselho fiscal analisando o referido demonstrativo verificou que a execução orçamentária e financeira da Companhia encontra-se dentro dos limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pelo MAPA. O Colegiado reitera à Companhia que inclua uma coluna com os valores dos pré-empenhos, apartando-os da coluna “Empenhos Emitidos”, quando da elaboração do referido Demonstrativo.

4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

4.1. Atas das 920ª a 922ª Reuniões Ordinárias e Ata da 198ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Após análise das referidas Atas, o Conselho considerou relevantes os itens a seguir:

a) Ata da 920ª Reunião: No item comunicações, o Diretor Financeiro solicitou o registro em Ata, quanto à importância dos limites de movimentação de empenho e pagamentos para assegurar o cumprimento das obrigações da Companhia até o final do presente exercício fiscal, cujos limites foram aprovados pelas Portarias Interministeriais MP/MF nº 122 e 124 de 2009. Estes limites são considerados indispensáveis à administração financeira da Conab, em razão da elevação das despesas administrativas decorrente da criação de novas superintendências regionais, o retorno de empregados anistiados ao quadro de pessoal e expansão das operações vinculadas à Política Agrícola do Governo Federal. Foi solicitado ao Subsecretário de Orçamento e Finanças do Ministério da Agricultura a liberação dos limites de movimentação de empenho de pagamentos através do Ofício nº 212/2009.

b) Ata da 921ª Reunião: (ii) Voto Dirab nº 053 – Processo nº 21221.000497/2009-88 – Aprovação da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de braçagem, na movimentação de carga e descarga dos produtos agropecuários, e de prestação de outros serviços correlatos e complementares na SuReg/PB, consoante instruções dispostas no Voto Dirab nº 002/2008. O Confis entende a importância da aquisição de tal maquinário. Entretanto é prudente a Diretoria Colegiada informe ao Conselho de Administração, se ainda não o fez, o valor de mercado desse equipamento para que os conselheiros possam fazer juízo de valor em sua avaliação. Vale lembrar que, considerando-se o valor total estimado e as possíveis prorrogações, o valor final do contrato ficará em torno de R\$ 2 milhões.

c) Ata da 922ª Reunião: (i) Informado pelo Diretor Amaury Pio Cunha que a Diretoria Financeira – Dfin recebe diariamente das Superintendências Regionais uma dezena de formulários intitulados Pedido de Recurso Financeiro do escritório Terceirizado – PRF, por meio do qual é requerida liberação orçamentária e financeira para a realização de depósito recursal, pagamentos de custas judiciais, execução de sentença, honorários, entre outras verbas de natureza judicial. Entretanto os referidos formulários não são acompanhados de indispensável orientação jurídica, de forma a respaldar a decisão do gestor na tomada de decisão. Sugeriu, em função disto, que os mesmos, doravante, sejam encaminhados

diretamente a Proge, para que sejam acompanhados da devida fundamentação jurídica. Tal sugestão foi acatada por todos como uma rotina administrativa. (ii) Os demais votos constantes da referida ata são referentes a contratos (homologações e rescisões) no âmbito das Suregs. Voto Dirad nº 094/2009 – Processo nº 21203.000065/2007 – Rescisão unilateral do contrato firmado entre a Conab/Sureg/PI e a empresa Essencial Terceirização e Vigilância Eletrônica. O voto relata a “Rescisão unilateral do contrato firmado entre a CONAB/SuReg/PI e a empresa Essencial Terceirização e Vigilância Eletrônica”. Não fica claro analisando o que está relatado na ata, dos reais motivos que levaram a CONAB/SuReg/PI a chamar e firmar relação contratual com a Empresa Essencial; de não estar identificado se foi a empresa Essencial quem ficou em segundo lugar no procedimento licitatório; de constar a afirmativa de que “por diversas vezes, a Superintendência Regional (...) notificou a empresa”, sem mencionar quantas e quais foram estas notificações e que podem ter subsidiado a decisão “unilateral” para rescindir o contrato; conforme registro em ata é dito “com vistas à regularização de algumas pendências, também não fica claro se existem outras pendências que não foram regularizadas. Desta forma o Confis solicita à Conab que preste os esclarecimentos das diversas dúvidas apontadas acima possibilitando um melhor entendimento por parte deste Confis, bem como fundamentar o voto da Diretoria Colegiada.

4.2. Ata da 198ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração: (iv) Voto Difin nº 041/2009 – Nota Técnica Supor nº 01/2009 – Proposta Orçamentária Exercício 2010. Em conformidade com a legislação que rege a matéria, foi apresentada pela Suror a programação orçamentária para o exercício de 2010. Em que pese a relevância do assunto tratado pelo Conselho de Administração o Confis entende que não há necessidade de alongar a análise a respeito da proposta orçamentária apresentada para o próximo exercício. Apenas alerta para os prazos relativos à apresentação de solicitação de créditos orçamentários. Alertamos para que se observe a compatibilidade dos investimentos propostos com a estratégia da Companhia, caso exista, em conformidade com o Plano Plurianual da União consoante o Orçamento de Investimentos visando o retorno dentro do esperado e de acordo com o planejado. **5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em outubro/2009.** Não foram apresentados os relatórios de Licitações e Contratações do mês em questão. **6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição em 19/11/2009 (Comunicação Interna nº 2235/2009):** Analisando os demonstrativos apresentados pela Conab, verificam-se pequenas alterações não significativas no que se refere ao ressarcimento dos salários e contribuições pagos pela Conab a servidores cedidos e que prestam serviços a diversos órgãos e entidades. Conforme previsto em legislação específica que trata do assunto em questão, são estabelecidos os procedimentos e medidas a serem adotadas quando os valores devidos pelos diversos órgãos não são ressarcidos a Conab. Neste caso, a adoção de providências imediatas se faz necessário, como, por exemplo, solicitar o retorno à Companhia dos empregados cedidos, cobrança administrativa, inclusão do Órgão devedor no CADIN, dentre outras ações. Desta forma, o Conselho Fiscal reitera as recomendações já registradas em atas anteriores para que a Companhia cumpra o disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único. **6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição em 19/11/2009 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2209).** O Conselho, após análise do referido relatório, não verificou alterações relevantes em relação ao demonstrativo anterior. **7. Auditoria Interna – Audin (Comunicação Interna Audin nº 595/2009). 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria: Exercícios 2008 e 2009 - Posição em 20/11/2009.** A Auditoria Interna da Conab, representada pela Srª

Maria Inês Lasmar Alvarenda, Chefe da Auditoria Interna e os Auditores, Fernando José Sales, Marcelo Henrique Coelho e Gilberto Luzzi Diniz, convidados a participar da reunião do Confis, prestaram esclarecimentos sobre os quadros de acompanhamento das pendências dos Relatórios de Auditoria conforme abaixo: **2008:** Em relação ao exercício de 2008, a Audin informa que ainda constam 13 relatórios pendentes de ações de atendimento, que dentre esses a maioria dependem de ações de outros órgãos (Estados, seguradores, SPO, etc), alterações e registros contábeis. A Audin informou também que está envidando esforços junto às unidades auditadas e demais órgãos envolvidos nas questões, com o objetivo de tentar sanar estas pendências até o encerramento deste exercício de 2009. **2009:** Quanto ao relatório de 2009, constata-se que a resolução das pendências tem se dado de forma mais efetiva. Verificam-se também casos com elevado número de recomendações (Relatório nº 01 - SUARM/DF e SUREG/RS – 28 recomendações; Relatório nº 14 – SUREG/RS – 22 recomendações; Relatório nº 21 - SUREG/PI, SUFIN/DF e SUPAD/DF – 24 recomendações; Relatório nº 22 - PROGE/DF, SUTIN/DF e SUMOC/DF – 97 recomendações e Relatório nº 23 – SUREG/GO – 22 recomendações), e que de acordo com a Auditora Chefe, a Audin tem desenvolvido ações de cobrança e orientações junto as área auditadas no sentido de resolução das pendências. **7.2. Cópia do Fax nº 594 de 23/11/2009: A referida mensagem da Audin encaminhada à Sureg/RS solicita posicionamento urgente com referência aos Relatórios de Auditoria nº s 1 e 14 que totalizam 49 recomendações. No decorrer de três meses não houve qualquer manifestação da unidade auditada bem como a resolução de qualquer pendência. O Confis reitera as recomendações registradas em atas anteriores para que a Companhia envide esforços junto às áreas auditadas visando à regularização das pendências apontadas pela Audin de forma tempestiva.** **7.3. Relatório de Auditoria nº 20/2009: a) Relatório nº 20, de 12/11/2009 (Sureg/RN):** Auditoria de Acompanhamento da Gestão - ACG, desenvolvida no âmbito da Sureg-RN com a finalidade de avaliar a regularidade dos processos de licitações e contratos, com foco na Ação de Auditoria nº 7.5/2009, do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT para o exercício de 2009, aprovado pelo CONAD. O trabalho da Audin foi identificar e elencar os objetivos para contratação nas diversas modalidades de licitação utilizados pela Sureg/RN. Os processos referentes aos contratos firmados entre a Conab e as empresas vencedoras dos certames licitatórios, foram analisados e geraram 07 (sete) recomendações. Constata-se que a Audin presta diversos esclarecimentos, orienta e demonstra os procedimentos a serem observados, mencionando posicionamentos da CGU e TCU, e que servem de base para as recomendações apontadas e que deverão ser seguidas pela unidade auditada. **7.4. Quadro de determinações/recomendações do TCU – 3º Trimestre/2009:** Conforme deliberação registrada na Ata 170ª ocorrida em 30/10/2009, o Confis convidou a Auditoria Interna da Conab e o Auditor responsável pela elaboração do referido demonstrativo, para prestar informações e detalhes do desenvolvimento e o acompanhamento destas questões. O Auditor Gilberto Luzzi Diniz, responsável pela elaboração do quadro de acompanhamento das determinações e recomendações do TCU, informou aos Conselheiros que as atividades inerentes a estas questões ocorrem com dedicação exclusiva, através do acompanhamento do Diário Oficial da União – DOU procurando identificar as determinações e recomendações do TCU, bem como informar e recomendar as ações e procedimentos a serem adotadas pela Companhia, as providências e justificativas para os casos de não cumprimento. Todos os procedimentos são sustentados em Normas e Legislações específicas relacionadas aos fatos. Informou também sobre as ações, diligências constantes e atitudes proativas buscando sanar e atender tempestivamente as ocorrências verificadas. A formatação e apresentação do quadro

demonstrativo são trimestrais, de forma que as ações de atendimento possam ser verificadas e confirmadas a contento. Esclarece também que das orientações do TCU constam nos pareceres que servem de base para elaboração do Relatório de Gestão Consolidado da Conab. **8. Certidões, Certificados e Extratos do “Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – Cadin” e do “Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf” (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais):** Permanece pendente a Certidão Conjunta emitida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal cujo prazo de validade expirou em 14/10/2009. As demais certidões, extratos e certificados foram apresentados e encontram-se dentro do prazo de validade. **9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – Outubro/2009 (Comunicação Interna Coger nº 143, de 26/11/2009):** Conforme acordado entre os representantes do Confis e a Coger, o relatório seria disponibilizado trimestralmente conforme modelo sugerido. O relatório apresentado traz informações atualizadas até o mês de outubro/2009 possibilitando uma análise quantitativa e qualitativa dos processos internos de apuração. Relaciona os processos instaurados e concluídos na Companhia como um todo, e também possibilita uma visão bem como o detalhamento por unidades (Sureg's). O demonstrativo possibilita uma visão gerencial excelente podendo ser utilizado pela Conab para verificação/acompanhamento da evolução dos processos instaurados/concluídos no decorrer de cada exercício bem como a elaboração de dados estatísticos. **10. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (Secretaria Federal de Controle - SFC) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU). Ofício STN/COREF/GEFIS Nº 1906/2009.** O Presidente do Conselho apresentou os seguintes acórdãos, que devem ser encaminhados à Companhia para conhecimento e adoção de providências cabíveis. **10.1) Acórdão nº 5019/2009 – TCU – 2ª Câmara.** Refere-se ao Processo nº 017.935/2009-4, prestação de contas simplificada – exercício 2008 da Superintendência Regional do Paraná. O TCU após julgar regulares as contas dos gestores responsáveis, com a exceção das contas do Superintendente Regional, que julgou regular com ressalva, e ainda, equivocadamente, nominou o Presidente da Conab, Wagner Gonçalves Rossi, quando o Superintendente Regional do Paraná é o senhor Lafaete Jacomel. O Tribunal, após dar quitação aos gestores responsáveis, determinou algumas ações regularizadoras que deverão ser verificadas pela Secretaria Federal de Controle Interno, nas próximas auditorias dando ciência aquele Tribunal. **10.2) Acórdão nº 5135/2009 – TCU – 2ª Câmara.** Refere-se ao Processo nº 018.186/2008-6, prestação de contas – exercício 2007 da Superintendência Regional de Pernambuco. O Tribunal após julgar regulares as contas dos gestores da Sureg Pernambuco, com exceção das contas dos empregados Josualdo Vicente Pereira e Roberto Pereira Lins, julgadas regulares com ressalvas, todos receberam a quitação do Tribunal. **10.3) Acórdão nº 5354/2009 – TCU – 2ª Câmara.** Refere-se ao Processo nº 016.821/2001-3, prestação de contas do exercício 2000. Os Ministros do TCU determinaram à Conab adotarem diversas medidas saneadoras, mantendo aquele Tribunal informando a medida que os assuntos sejam regularizados. Determinou ainda, a Secretaria Federal de Controle Interno que informe nas próximas contas da Conab o efetivo cumprimento das decisões desse Acórdão. Os Conselheiros deliberam por solicitar à Conab manter esse Colegiado informado das providências saneadoras elencadas pelo Tribunal de Contas da União. **11. Assuntos Gerais: 11.1. Relatório de Gestão – 3º Trimestre/2009:** (Comunicação Interna Difin nº 280, de 23/11/2009): Segundo consta da Apresentação do relatório, o mesmo está dividido em 5 (cinco) Capítulos distintos, a saber: 1º Capítulo: apresenta a Programação e

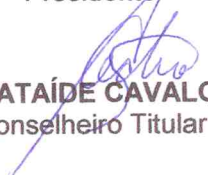
Execução Orçamentária dos 3 (três) Programas inseridos no Plano Plurianual – PPA – 2008/2011 sob a responsabilidade da Conab, tendo suas atividades distribuídas em 23 (vinte e três) ações; 2º Capítulo: discorre sobre outras atividades desenvolvidas, tais como, os resultados obtidos na comercialização de estoques públicos, na execução da Conab em programas sociais, como “Fome Zero” e a recomposição dos ativos pela cobrança de dívidas; 3º Capítulo: descreve as atividades decorrentes de ações sociais realizadas por meio de repasses de recursos orçamentários/financeiros de outros parceiros como MDA e MDS; 4º Capítulo: detalha a Gestão Orçamentária e Financeira no período em análise; e 5º Capítulo: demonstra a Gestão patrimonial com a Análise de Balanço Patrimonial. a) Quanto ao Capítulo 1 – Gestão de Programas e Ações: Dentre os Programas dos quais a CONAB participa no PPA, destacamos o Programa sob a gestão direta da Companhia “0352 – Abastecimento Agroalimentar” e, dentro deste Programa destacamos a ação 2137 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários. (i) Sobre a fiscalização de Estoques Públicos, a meta física prevista para o ano em curso é de 2.850 Unidades, sendo que até o final do período demonstrado foram fiscalizadas 2.784 Unidades o que corresponde a 97,68 % da meta prevista. A quantidade fiscalizada correspondeu a 13.792.035 toneladas de um estoque contábil de 13.890.767 toneladas, ou seja, 99,29%. No que se refere ao Registro de Perdas Quantitativas, foram apuradas o total de 13.711 toneladas (9.921 toneladas de produtos desviados e 3.684 toneladas de perdas em armazenagem). Não verificadas no período perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e desclassificados). (ii) Em relação à fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários foram apontadas 2.296 fiscalizações dos instrumentos de garantia e sustentação de preços, envolvendo visitas a propriedades rurais, para verificação da área declarada de produção, verificação do cadastro de pequenos produtores rurais, beneficiários do Programa Vendas em Balcão e da documentação de comprovação das operações de PEP, VEP, PROP e PEPRO. Em relação ao período de 2009/2007 e 2009/2008 houve um acréscimo de 143,74% e 38,15%, respectivamente. O montante de recursos aplicados nesta fiscalização, no período apresentado, foi de R\$ 1.812.491,64, correspondente a 75,52% da dotação aprovada na LOA-2009 que foi de R\$ 2.400.000,00. Vale ressaltar que o destaque nesta aplicação foi em diárias, que atingiram a 64,93% das despesas, tendo em vista a especificidade desta atividade que corresponde à fiscalização in loco das Operações. (b) Quanto ao Capítulo 2 – Outras Ações: A Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros apresentou um crescimento de 22,84% em relação ao mesmo período em 2008; a participação da Companhia na Execução do Programa Fome Zero foi retratada, no período, pela expressiva doação de 13.130.045 quilos de açúcar cristal e mascavo, arroz em casca e beneficiado, doce, farinha de milho e de mandioca, feijão, leite, mel, milho, sementes e suco, adquiridos por meio do instrumento de Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, com recursos descentralizados pelos MDS e MDA, a 1.672 entidades que prestam serviços sociais. Um das grandes preocupações deste Colegiado, já registrado em Atas anteriores, é o elevado número de servidores ativos cedidos com ônus para a Conab e, principalmente, os números ínfimos sem ônus e sem receber a respectiva verba indenizatória. Por fim, o Colegiado parabeniza a CONAB, em especial a COPAV pelas informações constantes no presente relatório, de grande valia para o gerenciamento das ações dessa Companhia e registra que a maioria dos assuntos abordados no Relatório de Gestão já é objeto de análise mensal e apontamentos do Conselho Fiscal.

11.2. Encaminhe-se cópia da presente Ata à Presidência da Companhia e ao Conselho de Administração para conhecimento e providências. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente

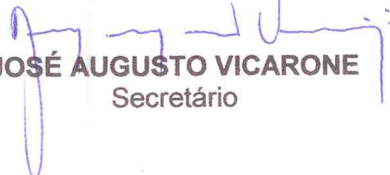


do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 172ª ficou marcada para o dia 18 de dezembro de 2009.


MARCUS VINICIUS SOCIO MAGALHÃES
Presidente


PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE
Conselheiro Titular


JOÃO BOSCO BAHIA DOS SANTOS
Conselheiro Titular


JOSÉ AUGUSTO VICARONE
Secretário